

EDUCAÇÃO FINANCEIRA OU ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA: QUAIS AS DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS?

MIKAELA DAIANE PRESTES FLORIANO, ESP.

Universidade Federal do Pampa - Unipampa

Mestranda em Administração - Unipampa

E-mail: mikaelapfloriano@gmail.com

SILVIA AMÉLIA MENDONÇA FLORES, MSC.

Professora Assistente na Universidade Federal do Pampa - Unipampa

Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

E-mail: silviaamflores@gmail.com

ANDRÉ LUIS BAUMHARDT ZULIANI, ESP.

Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Mestrando em Administração - UNISINOS

E-mail: zuliani.int@gmail.com

Resumo

A educação financeira trata-se do meio para aprimorar as decisões financeiras individuais e coletivas. Ao longo dos anos diversos estudos dessa temática foram realizados, percebendo-se que o processo de educação financeira era limitado para aprimorar a gestão financeira pessoal. Com isso, surgiram investigações acerca da alfabetização financeira, a qual envolve dimensões de conhecimento, atitude e comportamento. O presente artigo buscou contribuir para a diferenciação desses conceitos, realizando um estudo teórico. Com base nos resultados, verificou-se que a alfabetização financeira é um conceito mais amplo e completo, enquanto que a educação financeira restringe-se apenas a aquisição de conhecimentos financeiros. Quanto a aplicação empírica, evidenciou-se que os estudos buscaram apontar os níveis de educação ou alfabetização financeira, também relacionando tais níveis com variáveis sociodemográficas.

Palavras-chave: Finanças Pessoais; Educação Financeira; Alfabetização Financeira.

FINANCIAL EDUCATION OR FINANCIAL LITERACY: WHICH ARE THE DIFFERENCES AND SIMILARITIES?

Abstract

Financial education is the means to improve individual and collective financial decisions. In the course of the years several studies of this theme were carried out, realizing that the process of financial education was limited to improve personal financial management. This led to research on financial literacy, which involved dimensions of knowledge, attitude and behavior. The present article sought to contribute to the differentiation of these concepts, carrying out a theoretical study. Based on the results, it was found that financial literacy is a broader and more complete concept, whereas financial education is restricted to acquiring financial literacy. Regarding the empirical application, it was evidenced that the studies sought to indicate the levels of education or financial literacy, also relating such levels with sociodemographic variables.

Keywords: Personal Finances; Financial Education; Financial Literacy.

1 INTRODUÇÃO

As famílias brasileiras vivenciaram ao longo das últimas décadas uma alternância entre momentos de prosperidade e crescimento econômico com crises que impactaram, em maior ou menor grau, a forma com que estas empregam seus recursos financeiros. Neste processo, alguns hábitos foram adquiridos ou abandonados como forma desses agentes financeiros se adaptarem às condicionantes do ambiente. Somando-se a isso, recentemente diversos países romperam com o seu caráter paternalista, reduzindo o suporte oferecido às pensões e/ou sistemas de previdência, passando assim a responsabilidade de poupar e investir aos indivíduos (LUSARDI, 2015).

Neste contexto, Savoia, Saito e Santana (2007) esclarecem que é imperativo que indivíduos dominem certas propriedades formais que possibilitem uma compreensão adequada das forças que moldam o ambiente. Para esses autores, a educação financeira é o processo pelo qual os indivíduos aprimoram suas habilidades por meio da transmissão de conhecimentos, o que os permitirá a tomada de decisões mais embasadas e seguras, que culminarão na melhor gestão de suas finanças pessoais.

Diante deste contexto, os debates acerca do tema têm ganhado destaque nos ambientes acadêmico, profissional e governamental. Este fato serve para explicar o crescimento dos estudos científicos que têm a educação financeira como cerne. Apesar de algumas críticas direcionadas ao processo de educação financeira (FERNANDES; LYNCH; NETEMEYER, 2014), no geral, a literatura tem demonstrado que os programas que abordam o assunto apresentam resultados positivos, representados pelo aprimoramento da gestão financeira pessoal dos participantes (WALSTAD et al., 2017).

Algumas dessas críticas partem do pressuposto de que há uma diferença entre a compreensão de conceitos e a capacidade dos indivíduos os aplicarem no seu dia-a-dia. De fato, é notável o número de estudos que apontam uma conexão ou relação direta entre conhecimentos e comportamentos (MARTIN, 2007; ATKINSON; MESSY, 2012; LUSARDI, 2015). Diante disso, o conceito de educação financeira foi desdobrado em um construto teórico capaz de explicar as diferentes dimensões do tema.

Assim, a alfabetização financeira passou a ser adotada como a terminologia que considera a diferença entre a dimensão do conhecimento e da aplicação (HUSTON, 2010), embasada em três aspectos básicos: os conhecimentos financeiros, os comportamentos financeiros e as atitudes financeiras (ATKINSON; MESSY, 2012). Neste sentido, a educação financeira torna-se uma parte do processo de alfabetização financeira. Um comportamento adequado no que diz respeito às decisões finais de consumo/poupança/investimento requer uma compreensão de conceitos atinentes à gestão financeira pessoal. Além da diferenciação de conceitos, a literatura também relaciona a educação/alfabetização financeira com determinadas variáveis sociodemográficas, como renda, escolaridade, idade, gênero, entre outros (SILVA et al., 2017).

Diante desses argumentos, o presente estudo se propõe a realizar uma revisão teórica acerca dos dois conceitos, elencando o que a literatura expõe até o momento. Para tanto, elaborou-se os seguintes objetivos: i) diferenciar os conceitos de educação e alfabetização financeira e ii) identificar o que a literatura aponta como determinantes para ambos os conceitos. Espera-se que o presente estudo auxilie no processo de entendimento dos conceitos de educação e de alfabetização financeira, já que tais conceitos são comumente tratados como

sinônimos (SILVA et al., 2017) De forma prática, o estudo contribui para a compreensão desses fenômenos e identificação de seus principais determinantes. Assim, pode servir como referência para programas governamentais, como a Estratégia Nacional de Educação Financeira, instituída pelo Governo Federal no ano de 2010 (BRASIL, 2010). Isso porque, de acordo com Hanson e Oslon (2018), a alfabetização financeira pode ser considerada como um fator de impacto importante para diferentes comportamentos financeiros, tornando necessário o entendimento de métodos que possam melhorar tal construto fornecendo novos e melhores resultados para as finanças pessoais.

Este artigo tem em sua estrutura, além desta introdução, a segunda seção que compreende o processo metodológico utilizado na pesquisa, A terceira seção apresenta o referencial teórico acerca do tema estudado, a partir da investigação teórica realizada. E por fim, na quarta parte, apresentam-se as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação Financeira

A educação financeira pode ser considerada como os conceitos e atitudes que estão direcionadas para as atuações financeiras, caracterizando-se como todo conjunto de atividades em que se utiliza dinheiro, tais como as despesas pessoais diárias, utilização de cartão de crédito, empréstimos, dentre outros (LUCCI et al., 2006). Os autores ainda elucidaram sobre os benefícios que a educação financeira pode oferecer aos indivíduos, citando como exemplo a potencialização do bem-estar pessoal. Complementando tal premissa, Lelis (2006) demonstrou que através da educação financeira torna-se possível trabalhar no sentido do aumento de renda, na redução das despesas familiares e no gerenciamento dos recursos.

Para Jacob, Hudson & Bush (2000) por tratar-se de atividades que tem como foco principal o uso do dinheiro no cotidiano das pessoas, a educação financeira é capaz de fornecer ao indivíduo maior entendimento sobre questões simples como o controle dos gastos pessoais e a elaboração de um orçamento familiar mensal. No entanto, os autores alertaram que a educação financeira demanda conhecimentos específicos sobre determinados termos, práticas e atitudes necessárias para a compreensão das tarefas financeiras do dia-a-dia (JACOB et al., 2000).

A educação financeira é uma precaução que permite que os indivíduos tenham condições de compreender e gerenciar suas finanças pessoais de maneira satisfatória durante o decorrer de sua vida e que, conseqüentemente, evitem o seu endividamento (HILL, 2009; ANDERLONI; VANDONE, 2010). Neste sentido, tem-se a conceituação feita pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OECD (2005) que a estabelece como:

O processo pelo qual o consumidor financeiro/investidor melhora seu entendimento dos produtos financeiros e dos conceitos, por meio de informação, de instrução e de aconselhamento, com o objetivo de desenvolver as habilidades e a confiança, para se tornar mais consciente dos riscos financeiros e fazer escolhas bem informadas, para saber aonde ir para obter ajuda, e realizar outras ações efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro (OECD, 2005).

Nota-se que o conceito de educação financeira se aproxima ao de proteção do consumidor, uma vez que ambos possuem objetivos comuns, ou seja, o bem-estar financeiro dos indivíduos. A diferença entre os dois aspectos está na forma de atingir este objetivo. Enquanto as políticas de proteção ao consumidor focam na criação de dispositivos legais e no estabelecimento de padrões mínimos de qualidade, a educação financeira suplementa as informações básicas que dispõe os indivíduos através de instrução. A ideia por trás da educação financeira é formar cidadãos capazes de planejar melhor suas ações e honrar seus compromissos financeiros (OECD, 2005).

Com base na literatura acerca do tema, nota-se uma preocupação com a necessidade de que os indivíduos passem a instruir-se sobre a gestão eficiente das finanças pessoais, tal imprescindibilidade é derivada de vários fatores (MORENO-HERRERO; SALAS-VELASCO; SÁNCHEZ-CAMPILLO, 2018). Empregadores e governos têm transferido gradativamente a responsabilidade de poupar e investir aos indivíduos. A redução dos benefícios subsidiados pelo Estado, tendência verificada em muitos países, faz com que as famílias tenham que adiar decisões de consumo com a finalidade de prover a própria segurança financeira no futuro. Além disso, o crescimento da expectativa de vida exige que a reserva financeira criada com este comportamento seja suficiente para atender longos períodos. Essa nova realidade demanda habilidade e conhecimentos adequados para administrar esse nível de responsabilidade individual (LUSARDI, 2015).

É então, perceptível a preocupação dos agentes governamentais com o nível de capacidade financeira dos consumidores. Kempson (2009) esclarece o aumento do número de governos em busca do desenvolvimento de estratégias que fomentem a capacidade financeira dos indivíduos da sociedade. Em vista disso, a OECD introduziu no ano de 2003 um projeto com a finalidade de disseminar em diversos países a educação financeira.

No Brasil, por exemplo, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) vem buscando promover a propagação dos conhecimentos financeiros para as mais diferentes camadas da população, através de esforços vindos da iniciativa pública e privada. Esta estratégia trata-se de uma mobilização em âmbito nacional, criada através do Decreto Federal nº 7.397/2010, para contribuir no fortalecimento e apoio de ações que auxiliem a população no processo de tomada de decisão autônomo e consciente em nível financeiro.

Uma das políticas da ENEF é oferecer educação financeira nos currículos escolares. Em 2010, um programa piloto conduzido em 891 escolas de seis estados buscou verificar a efetividade dessas políticas antes de aplicá-la a nível nacional. Seguindo as recomendações da OECD, a iniciativa brasileira se deu após a avaliação das necessidades do público-alvo. As pesquisas conduzidas indicavam que uma parcela significativa da população possuía deficiência na gestão das finanças pessoais, com baixos níveis de poupança e investimento em relação ao consumo. Estas conclusões determinaram um programa com ênfase na gestão financeira pessoal e no impacto das ações individuais na economia (GARCÍA et al., 2013). Com base nestas constatações, percebe-se a necessidade da formulação de programas de educação financeira que abranjam diferentes contextos, encaminhando os indivíduos para o consumo responsável e consciente, de acordo com as especificidades do seu público (WALSTAD et al., 2017).

Savoia, Saito e Santana (2007), apresentaram as ações realizadas no Brasil e no mundo em relação a educação financeira. Os autores evidenciaram a existência de programas que visam

disseminar a educação financeira nas últimas décadas, destacando a existência de projetos que foram inseridos no sistema de ensino norte-americano, e que acabaram por ocasionar um aumento na propensão de poupar dos estudantes. Foi identificado também que grande parte das pesquisas sobre o tema são realizadas nos Estados Unidos e no Reino Unido, tendo como público alvo alunos do ensino médio e jovens universitários (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007). Para os autores, esses países perceberam a tamanha importância que a educação financeira possui no cotidiano da sociedade, e por tal razão, vêm promovendo diferentes programas que preparem os novos adultos para a utilização eficiente de seus recursos financeiros. No mesmo sentido, em pesquisa realizada por Walstad et al. (2017), evidencia-se a preocupação e a necessidade verificada por instituições americanas em desenvolverem estratégias que estimulem a educação financeira em crianças, jovens estudantes, adultos de baixa renda e militares.

Por outro lado, as ações do governo e das organizações que possuem como foco a disseminação da educação financeira, e seus reais efeitos na modificação das escolhas financeiras dos indivíduos foram contestadas por Fernandes, Lynch e Netemeyer (2014), que evidenciaram que tais investimentos mostram-se como custos de oportunidade, uma vez que os recursos financeiros utilizados poderiam ser empregados em ações mais eficientes. Para os autores, esse entendimento se deve pelo fato do declínio que os efeitos comportamentais dos indivíduos educados financeiramente sofrem durante o passar do tempo.

Deste modo, compreende-se que as intervenções e atividades de educação financeira devem ser executadas como um processo no qual a transferência de habilidades mostra-se como foco principal, deixando de lado a mera ideia da introdução de conceitos, para que de fato possam ocorrer reais alterações no comportamento financeiro dos indivíduos (FERNANDES; LYNCH; NETEMEYER, 2014). Nessa perspectiva, os autores recomendam que as ações sejam conduzidas para melhorias de comportamentos errôneos específicos. Em consonância, Walstad et al. (2017) expôs que políticas de educação financeira que atendam às necessidades da população e que possuam como objetivo melhorias de comportamentos e habilidades mostram-se mais eficientes tanto para indivíduos quanto para a sociedade.

Após compreender a necessidade da propagação da educação financeira e entender o papel das instituições de ensino neste contexto, torna-se importante discutir o papel das famílias no processo de educar seus filhos financeiramente. Sobre isso, Lucena e Marinho (2013) elucidaram que muitas vezes os pais ao possuírem baixo conhecimento quanto às finanças, acabam por transferir a seus filhos hábitos errados quanto ao uso do dinheiro. Os autores ainda acreditam que a educação financeira se dá a partir da soma dos conhecimentos passados pelos pais e pela escola, e em virtude da falta de conhecimento das famílias, grande responsabilidade do ensino da educação financeira torna-se obrigação dos ambientes de educação.

Severo (2011) argumentou que o papel das famílias como promotoras da educação financeira torna-se limitado porque, muitas vezes, o meio de aprendizado da gestão financeira pessoal destes indivíduos ocorre pelo simples método de tentativa e erro. Sobre esta lacuna de aprendizado referente ao uso do dinheiro, Fernandes e Candido (2014) acreditam que o pouco ensinamento passado às gerações mais novas, faz com que essas tenham maiores propensões ao endividamento em confronto a seus ascendentes familiares, bem como os torna despreparados para a atuação financeira em suas vidas adultas. Nunes, Silva e Costa (2017), Hanson e Olson (2018) e Alekam, Salleh e Mokhtar (2018), sinalizam que o ambiente familiar e a troca de informações acerca de temas atinentes a gestão financeira pessoal, são capazes de

fornecer conhecimentos importantes para a população jovem, sendo este um fator importante a ser considerado no desenvolvimento de ações e programas de atuação financeira.

Com base no exposto, percebe-se a importância do ensino da educação financeira como apoio para o gerenciamento das finanças pessoais dos indivíduos. É pertinente ressaltar que os programas que visam o incremento da educação financeira devem ir além do simples repasse de conhecimento, focando no desenvolvimento de habilidades, o que trará mais efetividade na tomada de decisões financeiras dos indivíduos.

Além de ressaltar a importância da educação financeira em diversos níveis sociais, grande parte das pesquisas que abordaram o tema preocuparam-se em relacionar os níveis de educação financeira com variáveis sociodemográficas. Estes aspectos são demonstrados no tópico que segue.

2.2 Determinantes da educação financeira

Acorda-se sobre a existência de uma lacuna de educação financeira no campo de conhecimentos dos indivíduos. Assim sendo, alguns estudos buscaram assinalar os fatores que colaboram para um maior ou menor nível de educação financeira, em diferentes estratos populacionais. Chen e Volpe (1998) identificaram que discentes de 14 campi universitários norte-americanos não possuíam conhecimentos adequados em finanças pessoais. Os autores assumem que um dos motivos para esse quadro é a falta sistemática deste tema nos currículos escolares.

Paralelamente, os autores relacionaram outros fatores que determinam o baixo desempenho nas finanças pessoais do público pesquisado. Constatou-se que os jovens adultos, com idade inferior a 30 anos, tendem a ser menos educados financeiramente. Isto porque nesta fase da vida, a maior parte de seus rendimentos é gasta com o consumo, em detrimento de investimentos, havendo de se considerar o fato de os estudantes obterem pontuações mais positivas em aspectos que lhes são familiares. De tal modo, a idade é apontada como fator de influência no grau de educação financeira dos indivíduos (LOKE, 2017). As descobertas também sugerem que participantes com diferentes níveis de escolaridade possuem diferentes níveis de conhecimentos financeiros, em proporção direta. Em termos de experiência profissional, constatou-se que trabalhadores com mais anos de serviço possuem maior conhecimento em finanças pessoais do que aqueles com menor vivência no trabalho. Da mesma maneira, respondentes com maior renda pessoal responderam as questões corretamente com maior frequência do que os participantes de menor renda. Em adição, constatou-se que determinadas características demográficas exercem influência no nível de conhecimentos financeiros dos participantes. Um exemplo disso, é a porcentagem de respostas corretas do público feminino ter sido ligeiramente inferior à porcentagem de acertos do público masculino (CHEN; VOLPE, 1988).

Trazendo esta análise para o contexto brasileiro, Lucena e Marinho (2013) verificaram que estudantes de nível médio apresentam baixo desempenho em educação financeira, que segundo os autores, decorre da omissão deste conteúdo em sala de aula. No entanto, Amado (2011) e Lopes Júnior e Peleias (2017) comprovaram que mesmo jovens que cursam o nível superior possuem deficiências de conhecimentos financeiros.

Esta deficiência é atenuada quando se trata de alunos matriculados em cursos que preveem disciplinas de finanças em suas grades curriculares, pois isso tende a tornar os

indivíduos mais preparados para administrar seus proventos (LOPES JÚNIOR; PELEIAS, 2017; MORENO-HERRERO; SALAS-VELASCO; SÁNCHEZ-CAMPILLO, 2018). Para Amado (2011), os acadêmicos de administração se sentem mais seguros em relação aos seus níveis de conhecimentos financeiros por estarem familiarizados com aspectos da gestão financeira pessoal. Não obstante, Potrich, Vieira e Kirch (2014) contrariam estas constatações, uma vez que identificaram um nível intermediário de educação financeira em uma amostra na qual 82,10% dos respondentes estavam matriculados em graduações que contavam com disciplinas que abordam a gestão financeira em suas grades curriculares.

Com relação à influência do gênero no nível de educação financeira, Michels (2015) destacou que as mulheres têm desempenho inferior aos homens em finanças pessoais, acrescentando que os níveis da renda e da educação financeira têm relação de proporção direta. Lopes Júnior & Peleias (2017) apuraram que as mulheres tiveram desempenho inferior no tocante aos conhecimentos financeiros, o que pode ser uma sequela da segregação de gêneros existente na nossa sociedade por anos, que impedia o acesso das mulheres às mesmas oportunidades de formação intelectual e profissional que provia aos homens.

Prosseguindo, em termos de relação direta existente entre o nível de educação financeira e as variáveis socioeconômicas e demográficas, Potrich et al. (2014, p. 123) apontaram que os indivíduos com maior nível de educação financeira “pertencem ao gênero masculino, são solteiros, não possuem dependentes, são estudantes e/ou bolsistas, com um maior nível de escolaridade, tanto seu, quanto dos seus pais e possuem as maiores faixas de renda própria e familiar [...]”. Dias (2013), por sua vez, desconsiderou que as variáveis renda e nível de formação tenham relação direta com o grau de educação financeira. Para o autor, a maior ou menor orientação ao consumo e propensão ao endividamento irá definir a situação financeira do indivíduo.

Outra constatação importante é o contato dos indivíduos com práticas financeiras para o desenvolvimento da educação financeira (LOKE, 2017). De acordo com Moreno-Herrero, Sallas-Velasco e Sánchez-Campillo (2018), possuir conta bancária, cartão de débito pré-pago, entre outras práticas financeiras cotidianas, resultará no aumento dos índices de educação financeiras dos sujeitos, portanto, considerando-se que as experiências financeiras estão positivamente relacionadas a educação financeira.

Com base no exposto, é possível notar a existência de determinantes distintos, os quais devem ser observados pelos agentes que visam incorporar a educação financeira em seus países, governos, empresas, instituições de ensino, entre outros. Na próxima seção tem-se as definições referentes à alfabetização financeira, a fim de compreender a utilização deste construto.

2.3 Alfabetização financeira

As definições de alfabetização financeira existentes na literatura iniciaram sua conceituação como a aptidão dos indivíduos na gestão correta de seus recursos financeiros (NASCIMENTO et al., 2016). Ocorre que muitas vezes o termo alfabetização financeira é empregado como sinônimo de educação financeira ou conhecimento financeiro, e por se tratarem de diferentes construtos, a utilização destas expressões como sentido semelhante podem acarretar diferentes problemas (HUSTON, 2010). Assim, como busca para a solução da limitação de diversas pesquisas sobre o tema, Huston (2010) estabelece que a alfabetização financeira é formada por duas dimensões, sendo estas o conhecimento e a aplicação. Esta

diferenciação entre os dois conceitos pode ser compreendida por meio do Quadro 01, onde vê-se que o conceito de alfabetização financeira ultrapassa o de educação financeira, pois considera o quão bem o indivíduo pode entender e aplicar as informações relacionadas às finanças pessoais.

Quadro 01 – Conceito de alfabetização financeira

Dimensão da aplicação		Alfabetização financeira
Habilidade e confiança de aplicar ou utilizar o conhecimento relacionado aos produtos e conceitos de finanças pessoais.		
Conhecimento financeiro	Dimensão do conhecimento	
	Acervo de conhecimento adquirido por meio de educação e/ou experiência, especificamente relacionado aos produtos e conceitos de finanças pessoais.	

Fonte: Huston (2010).

Moore (2003) expôs que os indivíduos financeiramente alfabetizados possuem competência para aplicar o conhecimento adquirido, pois o processo de alfabetização envolve-se pela experiência prática e integração ativa do conhecimento. Para Hung, Parker e Yoong (2009) existe uma relação de dependência entre conhecimentos financeiros, conhecimentos financeiros percebidos, habilidades financeiras e comportamento financeiro. Nesta relação, o comportamento financeiro dependerá dos outros três fatores e do meio externo gerando experiências. Estas experiências retroalimentarão o campo de conhecimentos pessoais. Sendo assim, os autores definem a alfabetização financeira como a capacidade de aplicação de conhecimentos em finanças, aliada a outras habilidades, para gerir recursos com eficácia, promovendo o bem-estar financeiro próprio.

O conceito de Atkinson e Messy (2012) sobre alfabetização financeira admite uma associação dos elementos consciência, conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para a escolha de propósitos financeiros sólidos e que maximizem o bem-estar financeiro do indivíduo. Tal conceito tem servido como base para o desenvolvimento de pesquisas recentes sobre o tema.

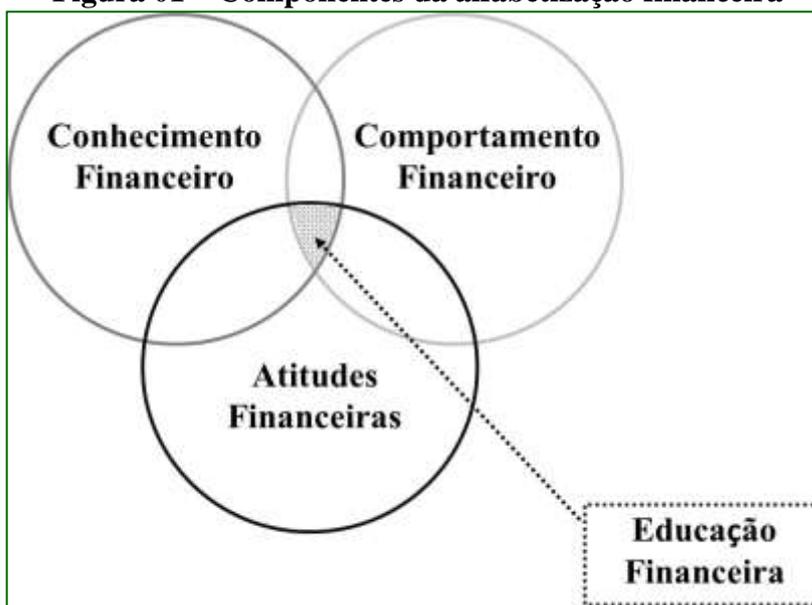
Quanto a esta definição, Lusardi (2015 p. 642) esclarece que:

Existem quatro aspectos inovadores nesta definição que deveriam ser realçados. Primeiro, a alfabetização financeira não se refere simplesmente ao conhecimento e compreensão, mas também ao seu propósito – que é promover a eficiência na tomada de decisão. Segundo, o objetivo da alfabetização financeira é melhorar o bem-estar financeiro, não afetar um único comportamento, como aumentar a poupança ou diminuir a dívida. Terceiro, a alfabetização financeira produz efeitos não só individuais, mas também para a sociedade. Quarto, a alfabetização financeira, assim como leitura, escrita e conhecimento da ciência, possibilita que os jovens participem na vida econômica (tradução nossa).

Com base neste conceito, pode-se compreender que a alfabetização financeira é vista como forma de aprimoramento do bem-estar financeiro individual, onde para garantir tal evolução torna-se necessária uma nova postura dos indivíduos frente aos seus comportamentos financeiros. Isso porque, ao adotar uma nova conduta onde sejam corrigidos os seus comportamentos equivocados, o indivíduo passará a ter uma vida econômica ativa e bem-sucedida, acarretando em bons resultados para si próprio e para a sociedade. A alfabetização financeira trata-se de um componente de capital humano que permite o desenvolvimento de habilidades individuais que fornecem melhores decisões financeiras (ARRONDEL, 2018).

Segundo Potrich, Vieira e Kirch (2016, p. 155) na literatura existem diversas conceituações e dimensões para a alfabetização financeira, entretanto percebe-se que em sua grande maioria esta é estabelecida como “a capacidade dos indivíduos de obter, compreender e avaliar as informações financeiras, as quais são necessárias para a tomada de decisão eficaz, visando à gestão adequada do futuro financeiro do indivíduo”. Em vista disso, considera-se a alfabetização financeira composta pelas três dimensões instituídas pela OECD (2013), que são apresentadas na Figura 01:

Figura 01 – Componentes da alfabetização financeira



Fonte: Autores (2019).

Em conformidade com estas dimensões, Atkinson e Messy (2012) discorrem que a alfabetização financeira deve estar focada no conhecimento, comportamento e atitudes financeiras dos indivíduos. Sobre esses três elementos, define-se que o conhecimento financeiro pode ser declarado como capital humano que ao ser adquirido possibilita as famílias o aprimoramento de habilidade que passam a fornecer taxas de retorno superior em seus ativos (DELEVANDE; ROHWEDDER; WILLIS, 2008). Já o comportamento é considerado como o mais importante componente da alfabetização financeira, referindo-se aos hábitos que acarretam nos resultados, sejam estes positivos ou negativos, da gestão financeira pessoal

(ATKINSON; MESSY, 2012). Por fim, as atitudes financeiras são as preferências dos indivíduos em relação às prioridades do emprego de recursos financeiros, considerando períodos de curto ou longo prazo (OECD, 2013).

Com isso, entende-se a alfabetização financeira como o aprendizado que permitirá o indivíduo escolher as melhores alternativas para determinar os objetivos financeiros e a utilização do dinheiro, não se tratando apenas da construção de orçamentos e controle de contas (CRIDDLE, 2006). Conforme Silva et al. (2017), o entendimento sobre finanças pessoais não se caracteriza, unicamente, como requisito para que o sujeito possa ser considerado alfabetizado financeiramente, sendo necessário o conjunto de componentes supramencionados para o aumento do nível de alfabetização financeira.

2.4 Determinantes da alfabetização financeira

O tema alfabetização financeira possui discussões recentes em âmbito acadêmico. Com base nisso, diversas pesquisas vêm sendo realizadas com objetivo de compreender tal termo e, do mesmo modo, entender formas de mensurar o nível de alfabetização financeira dos mais diferentes grupos de indivíduos. Através destas pesquisas foi possível identificar determinantes que estão associados aos níveis de alfabetização financeira, que em sua maioria, correspondem a variáveis socioeconômicas e demográficas (NANZIRI; LEIBBRANDT, 2018).

Um dos estudos que revela o panorama da alfabetização financeira a nível global é o conduzido pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA, por sua sigla em inglês) em 2012. O programa iniciado em 2000 buscava compreender se os jovens que estão no término da educação compulsória teriam adquirido o conhecimento e as habilidades necessárias para a plena participação na sociedade. Para tanto, eram abordadas três áreas do conhecimento: matemática, leitura e ciências. Considerando os objetivos do programa, em 2012 a pesquisa passou a incluir, de forma opcional, a alfabetização financeira em suas avaliações, sendo o primeiro estudo em escala internacional a mensurar estes aspectos com jovens em idade escolar. A avaliação opcional foi realizada em 18 países, sendo composta de questões de múltipla escolha e discursivas com níveis variados de dificuldade, incluindo, em alguns pontos, termos complexos do mercado financeiro. Os resultados são mensurados em uma escala de cinco pontos para definir o nível de proficiência financeira. Estudantes que atingiram o nível um são considerados analfabetos financeiros. O nível dois foi definido como o padrão mínimo (LUSARDI, 2015).

Os resultados dessa pesquisa apontaram a Colômbia como o país com o pior desempenho dentre as nações avaliadas, onde 56% dos estudantes estão abaixo do padrão mínimo. Ademais, verificou-se que em outros dez países, mais de 15% dos estudantes atingiram grau inferior ao padrão de proficiência, incluindo Estados Unidos (18%), França (19%) e Itália (22%). Para Lusardi (2015), viver em um país desenvolvido economicamente, com PIB per capita elevado, não causa impacto direto no nível de alfabetização financeira de jovens em idade escolar. Para a autora, este fato demonstra a importância do sistema de ensino na formação das capacidades dos indivíduos. A alfabetização financeira não se dá pela simples absorção das características do meio; mas pelos componentes curriculares das instituições de ensino. A hereditariedade de experiências práticas relacionadas à gestão financeira pessoal no meio familiar também se mostra ineficiente.

A pesquisa também demonstrou que o nível de alfabetização financeira tem relação com a classe social e com a renda. Em todos os países avaliados, os estudantes advindos de classes mais abastadas tiveram desempenho superior. Lusardi (2015) considera que as disparidades verificadas revelam a importância de prover acesso e oportunidades iguais às diferentes classes sociais, acrescentando que estas diferenças determinadas pelo status socioeconômico tendem a ser repassadas às gerações seguintes. Assim, as políticas de intervenção deveriam visar os estudantes em desvantagem social, para que as implicações negativas decorrentes da baixa alfabetização financeira fossem minimizadas no futuro.

Percebe-se que aqueles que apresentam os níveis mais altos de renda própria e familiar são mais tendentes a possuir níveis altos de alfabetização financeira (DELAVANDE et al., 2008; ATKINSON; MESSY, 2012; BROWN; GRAF, 2013; MOTTOLA, 2012; POTRICH; VIEIRA; PARABONI, 2013; POTRICH et al., 2014).

O gênero também vem sendo apontado como fator de influência no nível de alfabetização financeira, sendo os maiores níveis atribuídos ao público masculino (ATKINSON; MESSY, 2012; BROWN; GRAF, 2013; DELAVANDE et al., 2008; POTRICH; VIEIRA; PARABONI, 2013; SCHERESBERG, 2013; POTRICH et al., 2014). Mottola (2012) salientou que mulheres com baixos níveis de alfabetização financeira são mais predispostas a se comprometer em comportamentos onerosos no uso de cartão de crédito, quando comparadas aos homens. Contudo, não existem diferenças nos comportamentos de homens e mulheres com alto grau de alfabetização financeira. O autor acredita que aprimorar a alfabetização financeira pode gerar igual aprimoramento na gestão de cartões de crédito, reduzindo as diferenças de gênero neste processo.

Agarwala et al. (2012) buscaram identificar o nível de alfabetização financeira de três grupos sociodemográficos indianos: estudantes, trabalhadores e aposentados. Os autores observaram que na dimensão do conhecimento, o desempenho destes grupos está aquém dos padrões internacionais. As dimensões territoriais, as desigualdades e a pluralidade cultural da Índia dificultam maiores generalizações, mas da mesma forma que outros estudos na mesma área, viu-se que o conhecimento dos homens é ligeiramente superior aos das mulheres. Entretanto, o comportamento e as atitudes financeiras dos indianos mostraram-se positivos. Neste ponto, inverte-se o papel do gênero, pois as mulheres mostram desempenho superior ao dos homens.

A variação de resultados entre os diversos países em que estas pesquisas foram aplicadas sugerem que aspectos culturais da relação do indivíduo com o dinheiro também podem influenciar o nível de alfabetização financeira. As diferenças entre o grau de alfabetização financeira do público masculino e feminino podem ser decorrentes do papel da mulher e do homem em determinada sociedade, não de fatores genéticos intrínsecos aos dois gêneros, pois as diferenças não são uniformes ao redor do globo.

No que se refere à influência da idade no nível de alfabetização financeira, Brown e Graf (2013) afirmaram que em média, os jovens são menos alfabetizados que o restante da população, uma vez que possuem conhecimento sobre alguns aspectos e sobre outros não. Delavande et al. (2008) encontraram os maiores níveis de alfabetização financeira em adultos de meia idade. O mesmo foi constatado por Atkinson e Messy (2012). Em contrapartida, Finke, Howe e Huston (2016) afirmam que os níveis de alfabetização financeira tendem a decair com o avanço da idade, pois o envelhecimento aumenta a autoconfiança na tomada de decisões financeiras, o que expõe esta faixa etária a decisões enviesadas. Ao contrário do verificado

nestes estudos, Silva et al. (2017) evidenciaram que o fator idade não influi significativamente na alfabetização financeira dos indivíduos.

Outra variável associada à alfabetização financeira é a escolaridade. Delavande et al. (2008), Atkinson e Messy (2012), Brown e Graf (2013), Agarwala et al. (2012), Potrich et al. (2014) e Silva et al. (2017) identificaram que os maiores níveis de alfabetização financeira são difundidos entre os habitantes de maior escolaridade. Para Potrich et al. (2013), os que possuem algum tipo de formação em finanças na sua graduação apresentam maior competência em administrar seus recursos. Contrariando estas afirmações, Scheresberg (2013) encontrou baixos níveis de alfabetização financeira em amostras com alto grau de instrução. Ainda assim, o autor concorda com a existência de relação positiva entre a alfabetização financeira e a educação, visto que altos níveis de conhecimento em finanças pessoais ou de confiança em matemática levam a comportamentos financeiros adequados.

Prosseguindo nos determinantes da alfabetização financeira, tem-se a influência do estado civil, com os casados apresentando desempenho superior aos solteiros (AGARWALA et al., 2012; BROWN; GRAF, 2013). Já para Silva et al. (2017), o estado civil não apresenta impacto sobre a alfabetização financeira, sendo esse um fator que ainda precisa de maiores investigações. Quanto ao ambiente no qual o indivíduo está inserido, Agarwala et al. (2012) aponta que os habitantes de regiões rurais são mais propensos a deter conhecimentos financeiros limitados. Potrich et al. (2014) constataram que aqueles que não possuem dependentes são os que apresentam maiores propensões a possuir alto grau de alfabetização financeira. O mesmo é dito de funcionários públicos (POTRICH et al., 2013).

Em suma, percebe-se que em alguns casos não há consenso entre os autores no que se refere aos determinantes da alfabetização financeira. Isto porque existe certa variabilidade de resultados, dependendo do contexto da aplicação das pesquisas. No geral, tem-se na literatura como os principais determinantes da alfabetização financeira o gênero, a renda, a idade, o estado civil, a escolaridade e formação, o fato de possuir dependentes, o grupo étnico ou racial a qual pertence o indivíduo e a ocupação.

Em vista do apresentado até o momento, é notório que uma grande parcela da população demonstra dificuldades para aplicar conceitos de gestão financeira pessoal nas suas decisões diárias. Neste sentido, Lusardi (2015, p. 635) ressalta a importância de ser financeiramente alfabetizado:

“[...] assim como não é possível contribuir e prosperar em uma sociedade industrializada sem a alfabetização básica, ou seja, a habilidade de ler e escrever; não é possível navegar com sucesso no mundo de hoje sem ser alfabetizado financeiramente. A alfabetização financeira é de fato uma proficiência essencial para o século 21” (tradução nossa).

Já apresentadas as principais teorias relacionadas ao tema de estudo, são expostas em seguida as considerações finais deste estudo.

3 METODOLOGIA

Tendo como base a estrutura adotada nesta pesquisa, no que se refere ao seu objetivo, esta possui caráter exploratório (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013) à medida que se buscou analisar e aprofundar os conhecimentos acerca das diferenças entre os conceitos de educação e alfabetização financeira, bem como compreender o que a literatura apresenta como determinantes para essas definições. Quanto à natureza deste artigo, esta pesquisa é classificada como teórica, uma vez que se optou pelo emprego de um viés conceitual.

Este artigo possui como enquadramento metodológico a pesquisa indutiva, que para Marconi e Lakatos (2001) é um processo pelo qual se utiliza dados suficientemente constatados para alcançar conclusões amplas, que vão além das premissas já apresentadas. Esta pesquisa caracteriza-se desta maneira ao gerar conhecimento sobre o referencial teórico de alfabetização financeira e educação financeira de modo que sejam demonstradas suas diferenças e suas principais conceituações.

Quanto ao viés de abordagem do problema, caracteriza-se como qualitativa, onde este tipo de abordagem contribui para a interpretação de aspectos mais intrínsecos, oferecendo conhecimento mais detalhado sobre o estudo (MARCONI; LAKATOS, 2001). Em face dos dados utilizados nesta pesquisa terem sido obtidos em publicações científicas, as informações coletadas são classificadas como secundárias (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

No que diz respeito aos procedimentos técnicos utilizados neste estudo, compreende uma investigação bibliográfica. A finalidade deste tipo de pesquisa é garantir ao pesquisador contato direto com a bibliografia existente sobre o tema estudado, proporcionando a análise deste sob um novo enfoque e deste modo, alcançando novas conclusões sobre o assunto (MARCONI; LAKATOS, 2001). Uma vez abordados os procedimentos metodológicos deste estudo, passará a ser apresentado o referencial teórico acerca do tema de estudo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comportamento do indivíduo e os determinantes da tomada de decisão são aspectos presentes em muitos debates que se estabeleceram nos âmbitos acadêmico, profissional e governamental, tamanho o interesse em compreender a mecânica por trás dos processos decisórios. Neste cenário, a educação financeira surge como um meio para aprimorar as decisões financeiras individuais e coletivas, o que pode gerar benefícios tanto para o decisor, quanto para a sociedade como um todo. Diante disso, diversas pesquisas buscaram mensurar o nível de educação financeira de diferentes níveis sociais, o que relevou uma deficiência neste quesito.

Ao longo dos anos, o tema foi ganhando maior relevância, sendo alvo de estudos em diferentes partes do mundo. Contudo, a literatura tem apontado que o processo de educação financeira é limitado para aprimorar a gestão financeira pessoal, considerando a complexidade existente entre compreender conceitos e aplicá-los em situações cotidianas. Desta maneira, o presente estudo buscou contribuir na diferenciação dessas temáticas, utilizadas erroneamente como sinônimos em muitas pesquisas, a partir da literatura atinente à educação financeira e à alfabetização financeira.

Pelos resultados de pesquisas anteriores, verificou-se que a alfabetização financeira se trata de um desdobramento do conceito de educação financeira, pois considera a dimensão da

aplicação dos conhecimentos na gestão financeira pessoal. Assim, conforme aponta a literatura, a alfabetização financeira pode ser compreendida como uma combinação de conhecimentos, comportamentos e atitudes financeiras que possibilitem o aperfeiçoamento pessoal na gestão das finanças, resultando na maximização do bem-estar financeiro.

Além de apontar o nível de educação ou de alfabetização financeira, os estudos analisados buscaram relacionar estes níveis com variáveis sociodemográficas. Como resultado, viu-se que no geral, o nível de educação e de alfabetização financeira está relacionado com o gênero, a renda, a escolaridade, a idade, a ocupação, o estado civil, dentre outros fatores. Porém, há certa variabilidade desses resultados, dependendo do contexto em que as pesquisas foram aplicadas. O consenso entre os autores realmente ocorre quando o tema em pauta é a importância para os indivíduos dos conceitos apresentados. Apesar de algumas críticas, as pesquisas analisadas se alinham ao afirmar os benefícios de ser financeiramente alfabetizados.

Salienta-se que o assunto ainda não pode ser considerado esgotado, pois há margem para ampliação das pesquisas e análise de aspectos omitidos pela literatura. A contribuição do estudo está focada na diferenciação e/ou aproximação dos temas, realizando um comparativo teórico entre ambos, a fim de permitir distinguir o que sabemos a respeito de cada assunto. Percebe-se que a educação e a alfabetização financeiras são estudadas em um mesmo contexto e, conjectura-se que a dependência existente entre ambas é importante para compreender a geração de conhecimentos financeiros e a aplicação dos mesmos na tomada de decisão. Assim, espera-se que a educação e a alfabetização financeira continuem sendo objeto de discussões, de forma a reduzir o hiato educacional existente em alguns países. Também se faz necessária a implementação de programas de qualificação, para que programas governamentais, como a Estratégia Nacional de Educação Financeira no Brasil, tenham seus resultados ampliados.

REFERÊNCIAS

AGARWALLA, S. Kumar et al. A survey of financial literacy among students, young employees and the retired in India. **Retrieved February**, v. 26, p. 2013, 2012.

ALEKAM, Jamal Mohammed Esmail; SALLEH, Madya Salniza Bt Md; MOKHTAR, Sany Sanuri bin Mohd. The Effect of Family, Peer, Behavior, Saving and Spending Behavior on Financial Literacy among Young Generations. **International Journal of Organizational Leadership**, v. 7, n. 3, 2018.

AMADO, M. D. P.. Estudo das finanças pessoais: educação financeira de ingressantes na Universidade. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)**, 2011.

ANDERLONI, L.; VANDONE, D.. Risk of over-indebtedness and behavioural factors. In: **Risk tolerance in financial decision making**. Palgrave Macmillan, London, 2011. p. 113-132.

ARRONDEL, L. Financial Literacy and Asset Behaviour: Poor Education and Zero for Conduct? **Comparative Economic Studies**, v. 60, n. 1, p. 144-160, 2018.

ATKINSON, A.; MESSY, F. **Measuring Financial Literacy: Results of the OECD/International Network on Financial Education (INFE)**. Pilot Study. Working Paper, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 7.397 de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2010. Disponível em: <https://planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010?2010/Decreto/D7397.htm>. Acesso em 14. Jan. 2019.

BROWN, M.; GRAF, R.. Financial literacy and retirement planning in Switzerland. **Numeracy**, v. 6, n. 2, p. 6, 2013.

CHEN, H.; VOLPE, R. P. An analysis of personal financial literacy among college students. **Financial services review**, v. 7, n. 2, p. 107-128, 1998.

CRIDDLE, E. Financial literacy: Goals and values, not just numbers. **Alliance**34, v. 4, 2006.
DELAVANDE, A.; ROHWEDDER, S.; WILLIS, R. J. **Preparation for retirement, financial literacy and cognitive resources**. 2008.

DIAS, Diego da Silva. Educação financeira e endividamento: um perfil dos cirurgiões dentistas. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)**, 2013.

FERNANDES, A. H. S.; CANDIDO, J. G.. Educação financeira e nível do endividamento: relato de pesquisa entre os estudantes de uma instituição de ensino da cidade de São Paulo. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 5, n. 2, p. 894-913, 2014.

FERNANDES, D.; LYNCH JR, J. G.; NETEMEYER, R. G. Financial literacy, financial education, and downstream financial behaviors. **Management Science**, v. 60, n. 8, p. 1861-1883, 2014.

FINKE, Michael S.; HOWE, John S.; HUSTON, Sandra J. Old age and the decline in financial literacy. **Management Science**, v. 63, n. 1, p. 213-230, 2016.

GARCÍA, N., et al.. **La educación financiera en América Latina y el Caribe**: situación actual y perspectivas. Serie Políticas Públicas y Transformación Productiva, nº 12, 2013. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/OECD_CAF_Financial_Education_Latin_AmericaES.pdf>. Acesso em 14 jan. 2019.

HANSON, T. A.; OLSON, P. M. Financial literacy and family communication patterns. **Journal of Behavioral and Experimental Finance**, 2018.

HILL, N.. **Quem pensa enriquece**. Fundamento, 2009.

HUNG, A.; PARKER, A. M.; YOONG, J.. Defining and measuring financial literacy. 2009.

HUSTON, Sandra J. Measuring financial literacy. **Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 296-316, 2010.

JACOB, K.; HUDSON, S.; BUSH, M.. Tools for Survival: An Analysis of Financial Literacy Programs. **Chicago: Woodstock Institute**, 2000.

KEMPSON, Elaine. Framework for the development of financial literacy baseline surveys.

OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions, n. 1, p. 0-1, 2009.

LELIS, M. G. Educação financeira e empreendedorismo. **Centro de Produções Técnicas**, 2006.

LOKE, Yiing-Jia. The influence of socio-demographic and financial knowledge factors on financial management practices of Malaysians. **International Journal of Business & Society**, v. 18, n. 1, 2017.

LOPES JÚNIOR, D. S.; PELEIAS, I. R.. Geração Y e educação financeira. **Revista da Faculdade de Administração e Economia**, v. 8, n. 2, p. 17-36.

LUCCI, C. R. et al. A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. In.: **IX Seminário em Administração - SEMEAD** v. 9, São Paulo, SP, 2006.

LUCENA, W. G. L.; MARINHO, R.L. Competências financeiras: uma análise das decisões financeiras dos discentes no tocante as finanças pessoais. **XVI Seminários em Administração**, 2013.

LUSARDI, A.. Financial literacy skills for the 21st century: Evidence from PISA. **Journal of consumer affairs**, v. 49, n. 3, p. 639-659, 2015.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. Atlas, 2001.

MARTIN, M.. A literature review on the effectiveness of financial education. **FRB Richmond Working Paper**, n. 07-03, 2007.

MICHELS, A. M. Proposta de indicador de educação financeira. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, 2015.

MOORE, Danna L. **Survey of financial literacy in Washington State**: Knowledge, behavior, attitudes, and experiences. Washington State Department of Financial Institutions, 2003.

MORENO-HERRERO, D.; SALAS-VELASCO, M.; SÁNCHEZ-CAMPILLO, J.. The knowledge and skills that are essential to make financial decisions: First results from PISA 2012. **FinanzArchiv: Public Finance Analysis**, v. 74, n. 3, p. 293-339, 2018.

MOTTOLA, Gary R. In our best interest: Women, financial literacy, and credit card behavior. **Numeracy**, v. 6, n. 2, p. 4, 2013.

NANZIRI, Elizabeth L.; LEIBBRANDT, Murray. Measuring and profiling financial literacy in South Africa. **South African journal of economic and management sciences**. 2018.

NASCIMENTO, J. C. H. B. et al.. Alfabetização financeira: um estudo por meio da aplicação da teoria de resposta ao item. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 17, n. 1, p. 147, 2016.

NUNES, F. P.; SILVA, M. S.; COSTA, A. M.. A influência da educação financeira nas decisões de consumo e poupança: suas relações com a adimplência e inadimplência. **Revista eletrônica Ciências da Administração e Turismo**, v. 5, n. 2, p. 1-16, 2017.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OECD). **Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies**. Publicação da OECD, 2005. Disponível em: <http://www.oecdilibrary.org/financeandinvestment/improvingfinancialliteracy_9789264012578-em>. Acesso em: 04 fev. 2019.

_____. **Financial literacy and inclusion: Results of OECD/INFE survey across countries and by gender**. OECD, Paris, 2013. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/TrustFund2013_OECD_INFE_Fin_Lit_and_Incl_SurveyResults_by_Country_and_Gender.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2019.

POTRICH, A. C. G. et al. Educação Financeira dos Gaúchos: Proposição de uma Medida e Relação com as Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 9, n. 3, 2015.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G.. Você é alfabetizado financeiramente? Descubra no termômetro de alfabetização financeira. **Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS**, v. 13, n. 2, 2016.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRSCH, G.. Determinantes da Alfabetização Financeira: Proposição de um Modelo e análise da Influência das Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. In.: **XXXVIII Encontro da ANPAD - EnANPAD**, Rio de Janeiro/RJ, 2014.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; PARABONI, A. L.. O que influencia a alfabetização financeira dos estudantes universitários. In.: **XII Seminários em Administração - SEMEAD**, 2013.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. Penso, 2013.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A.. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração pública**, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007.

SCHERESBERG, C. B.. Financial literacy and financial behavior among young adults: Evidence and implications. **Numeracy**, v. 6, n. 2, p. 5, 2013.

SEVERO, R. F. Educação financeira: percepções do público alvo e preferências em relação à educação financeira e a formatação de um curso. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, 2011.

SILVA, G. O. et al. Alfabetização financeira versus educação financeira: um estudo do comportamento de variáveis socioeconômicas e demográficas. **Revista De Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 7, n. 3, p. 279-299, 2017.

WALSTAD, W. et al. Perspectives on evaluation in financial education: Landscape, issues, and studies. **The Journal of Economic Education**, v. 48, n. 2, p. 93-112, 2017.